

Como tirar o Plano Brady do papel

A redução da dívida externa dos países do terceiro mundo, nos termos propostos pelo Plano Brady, só vai se realizar, na prática, se os próprios devedores se conscientizarem que isso é viável e passarem a fazer pressão organizada. O alerta foi dado ontem, em São Paulo, por Bruce Morrison, deputado do Partido Democrata e membro da Comissão de Bancos e Finanças da Câmara de Representantes dos Estados Unidos, durante um simpósio para discutir os aspectos éticos da dívida.

Morrison disse acreditar na intenção do governo norte-americano de querer resolver o problema da dívida do Terceiro Mundo, propondo caminhos para o pagamento de forma a aliviar os impactos sócio-políticos dos países devedores. Contudo ele acha que para o plano se tornar realidade é preciso vontade política. Nesse sentido, mais do que falar, o governo norte-americano tem que enviar ao Congresso um projeto para mostrar claramente o que pretende.

Mas há aspectos negativos no plano. O principal deles, na opinião de Morrison, é que o plano (que ele prefere classificar como um conjunto de idéias, por enquanto) fala em redução voluntária, o que traria duas conseqüências. A primeira seria uma drástica redução na carteira de empréstimos dos bancos, e a segunda é que, devido à ausência do setor público nesse processo, o gerenciamento do plano ficaria com os próprios bancos privados, "que não são as melhores instituições a quem se deve delegar o gerenciamento".

O que os políticos norte-americanos poderão fazer em favor do plano é relativo. Em primeiro lugar, alerta o deputado, toda a proposta contraria a experiência norte-americana, avessa a qualquer tipo de socialização de prejuízos. Isso significa que, para tornar o plano mais viável, o melhor seria não onerar o setor público com eventuais ajudas financeiras para a formação, por exemplo, de um fundo de apoio para a conta da dívida através de uma agência central (da dívida). Isto daria a impressão, segundo Morrison, de que estaria havendo uma transferência de perda do setor privado para o setor público, o que não seria bem recebido pelos contribuintes norte-americanos.

Primeiro passo

Na opinião de um dos participantes do simpósio, o ex-ministro da Fazenda Luiz Carlos Bresser Pereira, o alerta de Morrison deve servir para que o Brasil comece a fazer alguma coisa para se beneficiar do Plano Brady, pois não acredita em nada "que venha do céu".

O primeiro passo, disse Bresser Pereira, seria o de convencer as elites brasileiras de que a dívida é impagável e incompatível com a retomada do crescimento do País. Os próprios credores externos são sensíveis a esses argumentos, desde que se convençam de que são prejudiciais do ponto de vista econômico, acredita o ex-ministro:

"É preciso convencê-los de que a dívida inibe a realização de negócios (deles) com a América Latina".

JORNAL DA TARDE

3 MAI 1989

3 MAI 1989